



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

Cartas de estudantes negros e o projeto político-pedagógico: experiências

Carlos Eduardo Gomes Nascimento
Universidade Federal da Bahia
Carlos_gomes02@hotmail.com

RESUMO

O relato de experiência apresenta uma prática pedagógica realizada no estágio em coordenação pedagógica no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia. Expõe uma intervenção pedagógica realizada em uma turma da Educação de Jovens e Adultos, numa escola pública do Estado da Bahia. A partir do documento histórico: Carta da comissão de libertos a Ruy Barbosa de 19 de abril de 1889, que reivindicou educação para crianças negras no século XIX, a atividade objetivou contribuir na reformulação do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Os alunos escreveram cartas dirigidas à gestão da escola, revelando desejos e solicitando melhorias na escola, a fim de contribuir na reelaboração do PPP. Os resultados apontam que ao repensar um PPP emerge um encontro com diversas identidades que reivindicam por direitos à educação. Conclui-se que as vozes dos estudantes devem exercer maior protagonismo no campo democrático de decisões da escola.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico, identidades negras, Educação de Jovens e Adultos.



Black letters and the political-pedagogical project: experiences

ABSTRACT

The report of experiences presents a pedagogical practice carried out in the pedagogical coordination stage in the course of Pedagogy of the Federal University of Bahia. It exposes a pedagogical intervention carried out in a class of the Education of Young and Adults, in a public school of the State of Bahia. From the historical document: Letter from the commission of freedmen to Ruy Barbosa of April 19, 1889, who claimed education for black children in the nineteenth century, the activity aimed to contribute to the reformulation of the school's political-pedagogical project (PPP). The students wrote letters addressed to the school management, revealing wishes and requested improvements in the school, in order to contribute to the re-elaboration of the PPP. The results indicate that when rethinking a PPP emerges a meeting with diverse identities that claim for rights to education. It is concluded that the voices of students should play a greater role in the democratic field of school decisions.

Keywords: Political-pedagogical project, black identities, Youth and Adult Education



Introdução

A lembrança da relação da escola com a comunidade vem do garoto que nasceu e criou-se na Liberdade, bairro popular da cidade do Salvador, jogava um *baba* (pelada) com os amigos nas quadras do Colégio Estadual Duque de Caxias. Estudante de colégio particular, encontrava na quadra da escola pública, nos fins de semana, a possibilidade do lazer em um bairro carente de espaços comunitários para crianças e adultos. Também era no Duque que, ocasionalmente, se tomavam as tão temidas vacinas durante a infância. Era naquela escola que os adultos iam votar no período eleitoral e cumprir o dever cívico geralmente acompanhados com seus filhos, que seguravam os *santinhos* dos candidatos na mão como se fossem figurinhas para álbum. No Brasil afora a relação da escola pública com as comunidades vai muito além de um espaço tão-somente para a realização do ensinar e aprender.

A partir dessa vertente, em algumas escolas públicas brasileiras, o processo pedagógico tem um alcance mais amplo que ensina um ideal democrático de participação política, social e cultural na formação dos estudantes e no fortalecimento da cidadania.

Uma escola aberta apresenta-se em sua função social na aproximação entre os diversos atores: estudantes, professores, famílias, porteiros, merendeiras, gestão, coordenação da escola, a comunidade do bairro. Para que na escola haja participação, se crie vínculos entre esses atores, sem perder o foco pedagógico, existe um documento que mobiliza todos os sujeitos envolvidos na estrutura de uma comunidade educacional. Trata-se do projeto político-pedagógico (PPP), um instrumento de natureza democrática e participativa que reúne as demandas e os interesses na formação educacional e cidadã das crianças, jovens e adultos na escola. O PPP configura ideias e práticas em um documento escrito, que evidencia os valores e os princípios da comunidade escolar sobre o modo de aprender, ensinar e compreender o mundo.

O PPP é construído por diversas vozes e cria uma identidade à instituição escolar. Uma identidade sobre a forma de acolher os estudantes, a família e a comunidade em suas demandas diante de mudanças sociais e afetivas; compreender como a sociedade, os estudantes e os professores relacionam-se com os saberes tradicionais e o conhecimento científico em um tempo de dinâmica tecnológica; propor o diálogo entre os diversos conteúdos do currículo privilegiando uma maior autonomia na aprendizagem das alunas e dos alunos. Tais são as potencialidades de um PPP em uma escola aberta aos ideais com plena participação democrática. Essa identidade escolar, para que possa ser realmente democrática deve considerar as diversas formas de ser e estar no mundo; se relacionar com a existência de múltiplas identidades que hoje adentram com suas vozes os muros da escola.

Este relato de experiência buscou encontrar essas identidades no Centro Educacional Edgar Santos, localizado no bairro popular do Garcia em Salvador, vinculado à Rede Estadual de Educação, o qual, segundo Censo Escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) possui matriculados 1.143 alunos em três turnos (BRASIL, 2017). O Centro Educacional Edgar Santos, atualmente, tem como público principal estudantes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) num total de 959 matrículas e no ensino médio possui 243 matrículas.

O Edgar Santos oferta cursos profissionalizantes de administração, técnico em



enfermagem e análises clínicas, tanto concomitante com a modalidade regular para estudantes do ensino médio, quanto para estudantes da EJA, através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJ). O Edgar Santos Educação também oferta o Tempo Juvenil, um programa educacional do Estado da Bahia na modalidade para Jovens e Adultos (EJA), para jovens entre 15 aos 17 anos que não concluíram o Ensino Fundamental II na idade regular. São jovens que estão em distorção série e idade por conta sucessivas reprovações ou abandono dos estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória escolar.

Segundo o Sistema de Gestão Escolar do Estado da Bahia (SGE), na rede estadual baiana, dentre os alunos matriculados no ensino fundamental (5º ao 9º anos) 91.711 estão na faixa etária de 15 a 17 anos. Trata-se de um grupo que merece atenção de políticas públicas educacionais e de pesquisas acadêmicas para compreender como a desigualdade social que esse público sofre incide no seu processo educacional.

Desse modo, a escolha do público do Tempo Juvenil constitui-se relevante para a compreensão tanto do panorama dos problemas que afligem a educação brasileira, através de uma evasão e abandono precoce dos estudos, mas principalmente da esperança quando do retorno desses jovens à escola, daí questionar: como as identidades de jovens negros, especialmente, podem contribuir na reelaboração de um novo projeto político-pedagógico?

Diante da solicitação feita pela coordenadora pedagógica para que os estagiários contribuíssem na reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Centro Educacional Edgar Santos e do tempo exíguo de um estágio supervisionado para a realização de uma pesquisa com maior profundidade organizou-se a intervenção pedagógica relatada no presente texto.

Tal intervenção pedagógica buscou inicialmente compreender através de uma roda de conversa com os jovens do Tempo Juvenil as causas da evasão, posto que ainda crianças nos anos finais do Ensino Fundamental evadiram da escola. Em seguida, na semana posterior, foi realizada uma atividade em virtude do Dia da Consciência Negra, expondo e contextualizado um documento histórico: “Carta da comissão de libertos a Ruy Barbosa de 19 de abril de 1889” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 183), que reivindica educação para crianças negras no século XIX no Rio de Janeiro. A atividade objetivou que os jovens refletissem sobre suas identidades, desejos e expectativas na escrita de cartas dirigidas às autoridades da educação, solicitado melhorias no Centro Educacional Edgar Santos. O resultado da escrita dos jovens foram a base para a contribuição do estagiário para intervir no processo de reelaboração do PPP da escola.

O projeto político-pedagógico e o estágio

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394/96, o PPP é um instrumento que norteia o trabalho pedagógico da instituição escolar e atribui ao professor a tarefa de participar da elaboração e cumprimento do plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (BRASIL, 1996).

Em algumas instituições de ensino básico, o projeto político-pedagógico só é desengavetado quando chega à escola aquela turma de pedagogos em formação, que através do estágio, buscam compreender melhor a teoria e a prática educativa realizada na instituição educacional. Às vezes cria-se um embaraço e entreolhares com a coordenação,



gestão e estagiários pois a escola não tem um PPP ou em muitos casos a resposta é sempre “está em construção” e não se toca mais no assunto. De maneira diversa, no primeiro contato com a coordenadora pedagógica do Centro Educacional Edgar Santos, supervisora do estágio, foi solicitado que os estagiários de pedagogia contribuíssem na construção do PPP.

O projeto político-pedagógico é um instrumento democrático essencial em toda instituição de ensino. Na educação básica o PPP deve seguir princípios norteadores, garantindo que: os estudantes tenham igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; os professores e os alunos tenham a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; as escolas compartilhem o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988; 1996). Tais princípios estão previstos na legislação tanto na Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esses são alguns princípios fundamentais para a manutenção do regime democrático e que regem a educação nacional. Não há como se pensar na elaboração e eficácia do PPP da escola, sem que se tenha atenção aos princípios democráticos.

Segundo José Carlos Libâneo (2012, p. 133), a educação “deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social”. Dessa forma, o PPP se desenvolve num processo de elaboração e de democratização da educação, em que estão reunidos diversos atores de uma comunidade escolar: a gestão da escola, a família, a administração, a coordenação pedagógica, os professores, os alunos e a sociedade democrática. Por mais que existam modelos e padrões para a escrita de um PPP, fórmulas prontas esbarram nas singularidades de cada escola, que possui suas peculiaridades de se inserir em contexto político, social e cultural.

Com o PPP, a escola pode vir a se abrir para novas formas de ver e compreender o mundo ao acolher os mais diversos sujeitos, família, alunos, professores, funcionários, etc. Esse encontro com o mundo pode vir a romper os muros entre a escola e as novas construções sobre o conhecimento e suas mudanças sociais e políticas. Acerca das relações de mundo e as instituições educacionais lembra Paulo Freire (2016, p. 12), “de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças”. Seria possível um documento pedagógico de uma escola de determinada comunidade ter o poder de expressar sua identidade, características e ações educativas frente às mudanças no contexto dinâmico das relações humanas, sociais, políticos e econômicos? Parece ser possível, quando a elaboração do PPP é democrática desde a sua concepção e efeitos, consolidando o poder de uma escola comprometida com o seu papel político e social. Diante da expressão freiriana questiona-se também quais são os impactos no processo educacional da participação democrática na escola?

O PPP em seu rigor compõe-se de um trabalho pedagógico que visa a formação e o pleno desenvolvimento das alunas e dos alunos da escola no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o mundo do trabalho. Mas também, o PPP em seu “processo de planejamento participativo abre possibilidade de um maior fluxo de desejos, de esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática” (VASCONCELLOS, 2013, p. 173). As ações presentes no PPP devem estar atentas às mudanças político e sociais parte de um processo participativo, em que novas identidades



abrem margem às novas práticas pedagógicas. As escolas através de um PPP participativo e democrático podem aprender com essas novas identidades e transformar suas formas de ensinar. Ao adentrar o espaço da escola essas novas identidades reivindicam por direitos, e a escola, por vezes, uma instituição que faz parte de um sistema deve estar aberta às mudanças e estimular o fortalecimento dos direitos básicos aos estudantes.

Centro Educacional Edgar Santos é uma referência para a comunidade, fundado em 1965. Apesar de sua fundação ter sido no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a escola buscava trazer um novo espírito à educação baiana, o nome é uma homenagem ao primeiro reitor da Universidade Federal da Bahia. Localizada no bairro do Garcia, região tradicionalmente com grandes escolas privadas e confessionais que formavam e ainda formam a elite da Bahia, a exemplo, de Anísio Teixeira e Jorge Amado, que estudaram no Colégio Antônio Vieira e da professora Leda Jesuíno, primeira diretora e idealizadora da Faculdade de Educação da UFBA, que estudou no Colégio 2 de julho. O Centro Educacional Edgar Santos veio atender ao processo a um novo princípio na educação brasileira: “A educação é direito de todos” na LDB de 1961, ofertando às crianças e aos jovens dessa região de Salvador, formação nas séries regulares como a profissionalização.

Hoje, os estudantes são da modalidade da Educação de Jovens e Adultos e tornaram-se o principal público do Centro Educacional Edgar Santos. Trata-se de um público diferente daquele outrora existente no colégio, onde o PPP buscava atender outras demandas educacionais de uma época diferente.

O público do Tempo Juvenil nem sempre esteve afastado ao longo dos anos de espaços educacionais, mas é um público que ficou a margem de uma maior relação das políticas públicas e sociais, mas principalmente de uma reinvenção pedagógica das escolas, em que a reprovação sucessiva de alunos não é questionada com maior profundidade para gerar fontes de reflexão sobre o diagnóstico das práticas educativas realizadas. O Centro Educacional Edgar Santos é colégio estadual que atende essencialmente o Ensino Médio e diante de uma demanda de jovens que não terminaram o Ensino Fundamental, de modo geral ofertado pelo Município, o programa Tempo Juvenil foi instituído. Porém, não há questionamento para compreender quais as razões levaram aqueles jovens a evadir da escola por reprovações sucessivas ou por abandono. Nem uma avaliação desses dados entre o Estado e o Município para compor planos de ação para buscar uma melhor qualidade na educação básica, não à toa o Estado da Bahia amarga o último lugar, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (BRASIL, 2018).

O projeto político-pedagógico: um encontro de identidades

Diante de uma escala maior de dificuldades, o trabalho da coordenação pedagógica parece inglório na busca para resolução de problemas existentes na escola pública. O compromisso com a aprendizagem dos alunos tem como ponto sensível o estabelecimento de relações entre os atores educacionais, gestão, professores, família e estudantes. As ações da coordenação por vezes esbarram na resistência de alguns desses atores que não reconhecem que os problemas de aprendizagem não estão apenas na realidade das questões sociais vivenciadas por esses jovens estudantes, como violência, pobreza, desestrutura familiar, etc., mas também de formação e a própria atuação docente em sala de



aula.

O sucesso com a aprendizagem dos estudantes ocupa um espaço fundante na elaboração do PPP, cabendo assim um papel de destaque a participação da coordenação pedagógica na organização e estrutura desse documento de identidade da escola. Diante da carência da formação das licenciaturas no Brasil e da formação continuada dos professores, bem como a ocupação de profissionais de áreas técnicas, como os bacharéis, que nem sempre estão habilitados ao magistério, mas que por uma demanda pela educação profissionalizante ocupam espaços na educação, a coordenação pedagógica tem a tarefa árdua de gerenciar a criação até a plena eficácia do PPP, um documento que deveria ser vivo, pautado pelo diálogo com os sujeitos que compõe a escola, para que o cerne seja o sucesso da aprendizagem dos estudantes.

A coordenação pedagógica ao problematizar a aprendizagem dos estudantes durante a elaboração do PPP almeja contribuir na busca de uma melhor qualidade para o trabalho dos gestores da escola e dos docentes. Um documento de identidade da escola, em que organiza o trabalho pedagógico. Assim, o PPP é um importante caminho para a construção da identidade da instituição, sendo um instrumento teórico metodológico para a transformação da realidade (VASCONCELLOS, 2013, p.17).

Com isso, o PPP carrega em sua estrutura elementos norteadores como a missão da escola para efetivar a aprendizagem e formação dos alunos, caracterização da infraestrutura da escola e planos de ação e projetos para compreender as demandas educacionais na escola. Esses elementos são os valores e princípios sobre como a escola se relaciona com a comunidade, em que a escola está localizada e com o mundo. Desse modo a escola tem sua autonomia pedagógica e política para criar e estabelecer relações tanto entre os sujeitos envolvidos no processo educacional.

Assim, o Projeto Político Pedagógico constitui-se como um projeto porque se constrói nas aspirações e desejos de uma comunidade escolar, através do planejamento que se abre às mudanças e de novos contextos educacionais, apresentados no dia a dia de cada escola. É também político na sua construção de saberes e aprendizagens e dirigido à formação humana e cidadã dos sujeitos, conforme os princípios e regras envolvidos no processo educativo da escola. Além disso, o PPP é também pedagógico por estabelecer relações entre os sujeitos educacionais: professor e alunos, através de um conjunto de elementos orientadores no processo do ensino e da aprendizagem na escola. Conforme Ilma Passos A. Veiga (2004, p. 13):

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos, da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão um tipo de sociedade.

Segundo Stuart Hall (2000) durante o período da modernidade observou-se três concepções de identidades: iluminista, sociológica e pós-moderna. Tais identidades adentraram o modo de comporta-se e estruturou a maneira de aprender nas instituições escolares. Essas identidades não desapareceram da escola, muito menos são progressivas, por exemplo, a identidade advinda das ideias do Iluminismo, apresentam-se nos discursos



escolares em que tratam determinado estudante como aquele que possui o dom ou talento e que outros “não querem nada”, por conta disso são avaliados com baixo desempenho escolar, outra identidade constituída pelo discurso sociológico traz à tona a persistência de um determinação social, em expressão como ‘a educação que vem de berço; a identidade do pós-moderno é construída por novas formas de representação, segundo Stuart Hall (2000): “[...] nossas identidades culturais se estendem a nossa frente. Estamos sempre no processo de formação cultural. Cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de tornar-se”.

O PPP, que se constitui e se efetiva através da participação, pode estimular a luta por direitos dessas novas identidades, sejam relacionadas às questões étnicas, negras e indígenas, de sexualidade e de gênero, femininas e LGBTQI+, das pessoas com necessidades especiais, dos jovens que estão na modalidade da EJA. Sujeitos que constituem suas identidades a cada momento, assim a escola ao definir suas ações educativas através do PPP não pode se deslindar dessas novas identidades que demandam por espaço e direitos na sociedade.

Dessa forma, a criação de uma identidade de uma instituição educacional não poder ser dirigida por um único sujeito ou apenas pelos sujeitos que ocupam cargos diretivos na escola, diretores, vice-diretores, e a coordenação pedagógica, mas deve abarcar a presença de todos os sujeitos que a compõe como os professores e os alunos, que vão compor a matéria e a execução da aprendizagem. Por vezes, também se esquece da merendeira e dos profissionais, auxiliares de corredor da presença deles na composição de um planejamento tão importante na realização do projeto político pedagógico. Construir uma única identidade diante de tantas vozes e sujeitos que devem ser chamados para compor uma única identidade, parece ser uma matéria impossível de realização.

O projeto político pedagógico em uma escola contemporânea não pode advir não mais da construção de uma única identidade para os sujeitos, mas deve abrir espaços para que esses sujeitos compreendam que podem no futuro constantemente transformar as suas identidades a partir que é ensinado e aprendido na escola. Não apenas quanto ao seu posicionamento no mundo, mas diante do fator de transformação de ordem epistemológica, isto é, o que se pode fazer e criar com aqueles conhecimentos aprendidos na escola, a partir do encontro com o mundo, como esses sujeitos modificam, ressignificam seu olhar diante do mundo, se tornando criadores com o conhecimento aprendido. No contexto de que o conhecimento seja científico e de valores políticos e sociais estão em constante transformação. Assim um documento essencial como o PPP estabelece uma dinâmica no processo educativo transformador ao permanecer em aberto na escola.

Na escola, a construção do PPP demonstra sua identidade, isso evidencia que esse documento é um documento de identidades ou que potencializa a criação de identidades, formando cidadãos capazes de conviver e participar de um mundo diverso em que novas identidades são capazes de surgir a cada instante.

Identidades negras e o PPP

Para o pensador negro Frantz Fanon (2008) há um tempo negro pertencente aos povos negros da diáspora: trata-se de um outro tempo que se forjou a partir de experiências trágicas da negrura, do racismo, do desespero. A opressão sentida na carne durante séculos não



impediu a resistência afrodescendente. As identidades negras forjaram-se em meio a dor e a violência da escravização vivenciada pelas gerações passadas e a marginalização social e política dos dias atuais.

Conforme Stuart Hall (2013), não há a categoria essencialista do ser negro: a experiência negra perpassa a diversidade e não a homogeneidade. É pelo modo como os negros em diáspora pelo mundo podem se representar e se imaginar a si mesmos, assim se formam as identidades negras, que buscam abrigo no passado, na ancestralidade, no contato e na presença dos mortos, que sofreram a violência do processo colonial na África. Cabe à educação promover a reflexão do presente sobre a formação dessas identidades negras e sobre as escolhas que foram realizadas.

Historicamente, o Estado brasileiro negligenciou a educação para mulheres e homens de origem negra. Após séculos de escravidão no Brasil, um dos últimos países do Ocidente a abolir o regime escravocrata, consolidou-se o processo de marginalização da maior parte da população negra, alijada dos direitos fundamentais, entre os quais a educação. Apesar do contexto adverso, sempre houve resistência. Na passagem do século XIX ao século XX, parte da população negra da região de Vassouras, no Rio de Janeiro reivindicou em uma carta, endereçada a Rui Barbosa, então figura importante da política nacional, que os filhos dos libertos tivessem acesso à educação,

Ao grande cidadão Ruy Barbosa. Comissionados pelos nossos companheiros, libertos de várias fazendas próximas a estação do Paty, município de Vassouras para obtermos do governo Imperial educação e instrução para os nossos filhos, dirigimo-nos à Va. Excia. Pedindo o auxílio da invejável ilustração e do grande talento de Va. Excia., verdadeiro defensor do povo e que d'entre os jornalistas foi o único que assumiu posição definida e digna, em face dos acontecimentos, que vieram enlutar nossos corações de patriotas. A Lei de 28 de setembro de 1871 foi burlada e nunca posta em execução quanto a parte que tratava da educação dos ingênuos. Nossos filhos jazem imersos em profundas trevas. É preciso esclarece-los e guiá-los por meio da instrução. O governo continua a cobrar o imposto de 5% adicionais, justo é que esse imposto decretado para o fundo d'emancipação dos escravos reverta para a educação dos filhos dos libertos. Para fugir do grande perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina, para abater aqueles que querem a República, que é a liberdade, igualdade e fraternidade. Estação do Paty, 19 de abril de 1889 A Comissão de Libertos Quintiliano Avellar (preto) Ambrósio Teixeira João Gomes Batista Francisco de Salles Avellar José dos Santos Pereira Ricardo Leopoldino de Almeida Sergio Barboza dos Santos.

Herdeiros desta história de luta e resistência, as pessoas negras ainda hoje buscam ter voz e a ação, reivindicando direitos básicos como a educação que promove o pertencimento, a compreensão da existência da história afro-brasileira, o reconhecimento da luta das gerações negras anteriores. Nessa perspectiva, pode-se discutir a relevância da educação apresentar às novas gerações um PPP em que a memória, o passado e a história afro-brasileira façam parte da formação de cada sujeito, negro ou não.

As identidades negras foi o recorte para compreender as relações entre o PPP, a partir do encontro com identidades. O Tempo Juvenil é um programa do Estado da Bahia, com a finalidade de reparar a desigualdade social e política por conta da distorção entre a idade e a série de jovens que não terminaram o Ensino Fundamental II na idade regular. Apesar de não



haver uma pesquisa referencial, a grande maioria dos jovens atendidos pelo programa Tempo Juvenil são negros, afrodescendentes e pobres. Assim cabe refletir sobre os números da UNICEF no documento *Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa - Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes*, que expõe no Brasil: “Dos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, 1.539.811 estão fora da escola (14,8%). Como nos demais grupos, os negros estão em situação menos favorável: 16,1% estão fora da escola (937.681), ante 13,1% dos brancos (592.966)”. Assim na realidade do estado da Bahia, onde segundo IBGE 76,3% da população se autodeclara pretos e pardos. Torna-se relevante questionar a respeito da história da população negra e afro-descente na escola, e de que maneira essas identidades negras ocupam o espaço educacional e exigem por direitos.

O que acontece diante da realidade vislumbrada é que a exclusão que historicamente foi acometida sobre a população negra e pobre nas escolas continua, quando o Estado para cumprir metas transforma esses estudantes em número e índice para responder metas de instituições internacionais. Ocorre que o estudante negro se encontra em exclusão na própria escola, não sendo atendidas questões básicas como o fardamento, alimentação e sala de aula com infraestrutura adequada para que a potencialidade da educação de fato aconteça.

Dessa maneira, nos últimos anos, há um deslocamento da problemática das desigualdades raciais do acesso à educação para o diagnóstico do interior do sistema educacional, pois as diferentes experiências vivenciadas por crianças e jovens brancos e negros na escola têm efeito direto em sua permanência, progressão e desempenho (VALVERDE; STOCCO, 2011).

Quando um PPP silencia e não luta contra as discriminações raciais, de gênero, de sexualidade na instituição escolar, invisibiliza a existência de diversas identidades na escola. A escola é também lugar de acolhimento e de enfrentamento do preconceito e da discriminação. Documentos, ações e práticas educacionais não devem contribuir para a perpetuação das desigualdades intra e extraescolares, incidindo, ainda que silenciosa e sub-repticiamente, na produção de destinos educacionais e ocupacionais desiguais (JESUS, 2018, p. 15).

Metodologia

Diante dessa realidade em que o PPP nos coloca de um encontro com novas identidades que são acolhidas na escola realizou-se uma intervenção didática com a finalidade de compreender o processo de exclusão que sofre a população negra. A atividade registrou narrativas, escritas em forma de cartas pelos jovens: seus desejos, expectativas, proposição de mudança para o espaço educacional, a favor de uma educação de qualidade. A partir de suas vozes, traduzidas em cartas, esse público que deseja ser ouvido, grita por respeito e direitos, nem sempre atendidos pelo Estado. Assim, esse registro buscou inspirar possibilidades para a aprendizagem e emancipação dos sujeitos, a fim de reverberar o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Inicialmente, a escolha da turma se deu a partir da participação da reunião do Conselho de Classe do Tempo Juvenil, em que se realizou a análise documental e escuta das relações e impressões que os professores possuem dos alunos no momento de avaliação. A participação da reunião do Conselho de Classe não se deu com a participação de todos os



professores, mas foi composta uma maioria na qual participaram as professoras de matemática, língua inglesa e ciências naturais e o professor de educação física, mediada pela coordenadora pedagógica.

No primeiro encontro com os jovens foi planejado um diagnóstico através de uma roda de conversa. Explicou-se aos jovens estudantes os objetivos da intervenção e do estágio na coordenação pedagógica, que visa a contribuir com o PPP da escola, informando a eles sobre a importância do documento para as ações tanto dos professores quanto dos alunos na escola acerca da aprendizagem.

Logo após a exposição sobre a presença dos estagiários de pedagogia, os alunos foram convidados a se apresentar e, em seguida, a falar sobre a relação que possuem com a escola. Na sequência foram provocados a conversar sobre as trajetórias escolar e a participação de suas famílias, tendo como foco as causas da evasão e as expectativas com a formação escolar e o mundo do trabalho.

A roda de conversa foi tangenciada por algumas questões norteadoras: Em sua opinião, em que aspectos a escola tem que melhorar? Qual o motivo da evasão da escola? Por que o retorno? Quais seus desejos, expectativas de futuro? O que motiva você a vir para a escola e o que lhe desanima? De que modo a escola impacta na sua aprendizagem e no seu modo de ser e pensar? A proposta do Tempo Juvenil contempla suas necessidades?

A partir das questões norteadoras, os jovens construíram juntos um cartaz com palavras geradoras (paz, respeito, educação, etc.) a fim de propor e compartilhar ideias para a reelaboração do projeto político-pedagógico do Centro Educacional Edgard Santos.

No segundo encontro com fundamento na Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), ocorreu a intervenção didática realizada em 20 de novembro de 2018, Dia da Consciência Negra. Objetivou-se compreender melhor a realidade da escola, a partir das vozes dos estudantes que escreveram cartas dirigidas às autoridades da educação, solicitando melhorias na unidade escolar. A finalidade, assim, foi contribuir para um processo mais plural na reelaboração do PPP. Para isso foi apresentado aos estudantes um documento histórico: “Carta da comissão de libertos a Ruy Barbosa de 19 de abril de 1889”, documento escrito no século XIX por um grupo de mulheres e homens negros da região de Vassouras, no Rio de Janeiro, que reivindicavam educação para crianças negras.

A atividade realizada na sala contou com a presença de sete estudantes, dos quais cinco alunos escreveram as cartas. Foi retomada a reflexão feita pelos estudantes no primeiro encontro a partir das sugestões dentro da roda de conversa para as melhorias na relação ensino e aprendizagem e na infraestrutura do Centro Educacional.

Antes da exposição, uma cópia da Carta foi distribuída para todos os alunos, a qual foi lida por alguns deles em voz alta. Questionou-se aos alunos sobre o que eles compreenderam do texto, se eles já tinham ouvido falar da luta de Zumbi dos Palmares do regime de escravidão, da luta das pessoas negras e afrodescendentes pela educação.

Após a leitura da carta foi iniciada uma exposição sobre os acontecimentos históricos que envolveram a luta por reivindicação da população negra à educação, desde a abolição da escravidão até a institucionalização do Dia da Consciência Negra, buscou-se refletir sobre a importância da história de reivindicação dos negros na educação e debater os laços de pertencimento manifesto na história da Carta, as lutas por educação de qualidade da população negra do passado e do presente, os jovens para que se reconheçam uma história



comum.

Ao final da exposição e do debate sobre como essas identidades negras se relacionaram na luta pela educação na história do Brasil, foi proposta uma produção individual escrita: uma carta, cujas características e regras foram explicadas aos jovens.

Resultados e discussões

A atividade de intervenção didática propôs discutir com jovens estudantes do Tempo Juvenil, do Centro Educacional Edgar Santos, a compreensão das identidades dos alunos e suas relações com as melhorias da educação.

Como resultado, inicialmente houve a discussão a partir do relato de um estudante, que mencionou um caso em que foi vítima de preconceito racial, tendo reagido com um soco no agressor.

A intervenção optou por não ter questionário de autodeclaração sobre a raça ou cor da pele, pois a escola está situada em um bairro majoritariamente negro. A identidade dos sujeitos se dá na sua história, cabe a educação apresentar essa história aos estudantes, para que eles possam escolher e se compreender como parte dessa história.

A partir dos diálogos com os jovens e do caso de racismo ocorrido com o jovem e da reação com violência, foi explicado que existem direitos, que o racismo é um crime inafiançável e que a melhor maneira de o combater é dialogar sobre esse fenômeno histórico e buscar a Justiça, através de denúncia no Ministério Público.

Dentre as produções escritas pelos alunos, destacam-se as seguintes cartas, sendo preservada a escrita dos estudantes e também o anonimato dos jovens:

Carta 1

Salvador, Bahia, 20 de novembro de 2018

Secretaria de estado,

Precisamos de melhoria na nossa escola, estamos sem ventiladores, as vezes sem merenda, a estrutura da escola não está boa, várias rachaduras estamos correndo risco de desabar em cima de nós. Aqui nem farda tivemos esse ano. *Ja tá* na hora de ampliar mais cursos e *mas* respeito e esportes para que possamos não só estudar mais, sim ocupar a mente com outras coisas.

Trata-se da carta de uma jovem que evadiu da escola, por encontrar um sistema educacional que falhou e continua a falhar em oferecer uma educação de qualidade. A carência na infraestrutura revela-se em suas palavras como um fator negativo para o ensino. A oferta de cursos após o período regular das aulas ‘para ocupar a mente’ chama à atenção.

Carta 2

20.11.2018

Prezado diretor geral,

Meus sonhos de melhoria para minha escola seria mais educação *qui* tenha todas as aulas um *eselente* fardamento merenda todos os dias com uma nutricionista para comer comidas *saudaveis*. um enorme espelho nos banheiros e não pode esquecer uma bela reforma geral na escola.

A ideia de sonhar na carta expressa uma experiência em que a jovem sente ao pôr os



pés todas as manhãs na escola. A realização de um sonho que parece ser o mais básico no oferecimento do direito à aprendizagem, de uma infraestrutura que satisfaça com educação e alimentação de qualidade. Como jovem a vaidade por um espelho no banheiro também se faz necessário.

Carta 3

Prezado diretor,

Que tenha todas as aulas, que os professores tenham mais respeitos. Que a escola também tenha mais segurança pois a bandidagem *vadeam* entre as salas, uma escola melhor, um ventilador, mas pilotos para professores escrever, que as salas *tejam* mas limpas e organizadas. que todos deixem de praticar o preconceito quero que a merenda seja *exelente*, uma boa pintura nas partes internas e externas da escola.

Salvador, 20 de novembro de 2018.

Além da preocupação com infraestrutura do colégio, a carta desse jovem traz uma preocupação de grande parte dos jovens brasileiros, principalmente, os jovens negros que são maiores vítimas de violência. A escola está em um local onde a presença do tráfico de drogas é intensa. O investimento em política pública educacionais parece não surtir efeitos quando o relato de um jovem expõe que a bandidagem vagueia as salas e área da escola.

Carta 4

Salvador, 20 de novembro de 2018.

Prezado Diretor, bom dia.

Estou aqui falando da escola que frequento (Edgar Santos), sobre as melhorias que futuramente possa acontecer. Se isso for *possível*/ queremos que aconteça melhorias para ela, mais oportunidades, respeito, liberação das fardas, pintura e reconstrução nas paredes. As carteiras estão precisando de retoque uma mão de obra, reconstrução nos banheiros e nas quadras de esporte e novas regras de acordo com o fundamento da escola.

Carta 5

Salvador, 20 de novembro de 2018

Prezado amigo,

Gostaria de pedir melhorias para nosso colégio, reforma na *area* dos professores, reforma em todo colégio, precisamos de livros novos, carteiras novas, infraestrutura melhor, fardamento, mais segurança que não tem, porque do jeito que está não dá.

As últimas cartas também revelam uma preocupação com a infraestrutura do colégio. Um ambiente organizado com a manutenção tem um impacto positivo na relação que os jovens possuem com a educação.

O desabafo ao final da carta 5 “porque do jeito que está não dá” expressa a recepção dos jovens sobre o sistema educacional que inexoravelmente leva ao desânimo com a escola, ao elevado número na taxa de evasão, abandono e aos índices de reprovação, bem como ao baixo aproveitamento em avaliações internas e externas. O escrito desses jovens estudantes constitui-se um grito de socorro, que poucos administradores, secretarias de educação, gestores, professores e sociedade estão dispostos a ouvir.



Mesmo diante de um cenário desolador que aflige parte da educação pública nacional. As cartas foram entregues à coordenação da escola para que fossem lidas durante a Jornada Pedagógica da Escola, no início do ano letivo de 2019, momento de deliberação sobre o PPP. A fim de que professores, gestores e a equipe pedagógica acolham as vozes das jovens e dos jovens estudantes na reelaboração de um documento orientador da prática pedagógica. Também foi entregue uma sugestão ao final do estágio para que o PPP venha a observar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a inclusão no currículo da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na escola.

Considerações finais

A presença das vozes dos estudantes no processo de construção do PPP da escola poderia validar esse documento com os anseios, desejos e sentimentos dos sujeitos mais interessados na educação.

É notória a negligência dos governos na história do Brasil sobre a educação como um direito de todos. Como sabemos, não basta ser oferecida educação sem infraestrutura nem sem formação dos professores para atender com qualidade pedagógica cada grupo.

Nesse sentido, pode-se refletir que os jovens do Tempo Juvenil, uma modalidade da EJA, não falharam nem fracassaram no processo educacional, eles não podem continuar a ser responsabilizados nem penalizados por um sistema que tem como projeto uma permanente crise na educação, segundo expressão de Darcy Ribeiro (1986).

Os jovens do Tempo Juvenil representam as novas identidades que devem ser acolhidas pela escola, pois são garotos e garotas negras de bairro periféricos que demandam por uma educação acolhedora em suas narrativas. A lacuna no sistema educacional brasileiro que deposita tão-somente na família e na sociedade as causas de problemas como violência, negligenciam uma reflexão mais profunda sobre a causa real da crise educacional, como também não discutem os graves problemas pedagógicos que as escolas enfrentam atualmente.

Portanto, o Projeto Político-Pedagógico precisa representar a confluência dessas novas identidades na escola. Para se tornar eficaz, o PPP deve ser um documento participativo e dialógico, constantemente revisitado por todos os atores da comunidade escolar.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. (LDB). Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador:



EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **MECANISMOS EFICIENTES NA PRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR DE JOVENS NEGROS: ESTEREÓTIPOS, SILENCIAMENTO E INVISIBILIZAÇÃO**. Educ. rev. vol.34 Belo Horizonte 2018 Epub 18-Jan-2018

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO; Lauro. **Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação**. Rev. Estud. Fem. vol.17 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 15ª ed. 2013.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: SP. Papirus, 2004.

Recebido em: 18/02/2019

Aceito em: 01/04/2020